

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.519 - SE (2020/0015505-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MEPS EXECUTIVE HOTEIS S/A
ADVOGADOS : MÁRCIO MACÊDO CONRADO - SE003806
NILO DE AZEVEDO STRAPPA NETO - SE008207
AGRAVADO : R DOS SANTOS - PIPAS E TRANSPORTES - ME
ADVOGADO : EDMUNDO VASCONCELOS DA COSTA JÚNIOR - SE008548

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MEPS EXECUTIVE HOTEIS S/A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL POR CAMINHÃO PIPA – COMPROVAÇÃO POR PARTE DA TRANSPORTADORA DA ENTREGA DO PRODUTO – ORDENS DE SERVIÇO ASSINADAS – RECONHECIMENTO, POR PARTE DA REPRESENTANTE DA DEVEDORA, DA ASSINATURA DE ALGUNS EX-FUNCIONÁRIOS – PROVA QUE LHE CABIA – DESPACHO QUE ORDENOU A DISTRIBUIÇÃO DA CARGA DINÂMICA DA PROVA - TROCA DE EMAILS COMPROVANDO A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO – ALEGAÇÃO DE VOLUME INCOMPATÍVEL COM A CAIXA D'ÁGUA E NÚMERO DE HÓSPEDES NO HOTEL – ALEGAÇÕES NÃO PROVADAS – HABITUALIDADE COMPROVADA NO VOLUME DO PRODUTO FORNECIDO – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO - ÔNUS DA PROVA DA REQUERIDA – APLICABILIDADE DO ART. 373, II, DO CPC – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME (fls. 631).

O recorrente alega violação do art. 373 do CPC, no que concerne ao ônus probatório, trazendo os seguintes argumentos:

Conforme esposado no esforço fático, a Recorrida narrou na exordial que forneceu água ao estabelecimento da Recorrente durante os períodos de 28/11/2015 a 07/04/2016 e que não recebeu pelo serviço prestado. Para comprovar o alegado, anexou diversas ordens de serviços que supostamente comprovaria a prestação do serviço e requereu provimento liminar, para que a Recorrente fosse compelida a trazer aos autos o seu livro diário, onde supostamente estaria comprovada a prestação do serviço.

Por determinação do juízo de origem, a Recorrente trouxe aos autos o seu livro diário onde não fazia qualquer alusão ao referido serviço, posteriormente, apresentou contestação, esclarecendo que desconhecia

completamente as ordens de serviço em testilha, que a caixa d'água (reservatório) não comportava aquela quantidade de água e que a ocupação do hotel não justificava a contratação daquela quantidade de água, durante o período apontado na exordial.

Em sede de réplica, a Recorrida muda a versão dos autos e passou a afirmar que a comprovação da prestação do serviço resta indiscutível através dos e-mails trocados entre as partes, que foram anexados com a exordial.

[...]

No presente viés processual, não se pretende desconstituir o panorama tático constatado pelas instancias ordinárias. A pretensão é demonstrar o equívoco do Tribunal a quo, com relação a conclusão no sentido de que caberia a recorrente comprovar que o aceite não foi dado por funcionários seus, haja vista que esse é o fato constitutivo do direito do Autor.

Nessa linha de raciocínio o acórdão combatido ofende ao art. 373 do CPC/15, haja vista que não é possível exigir que a Recorrente/Requerida comprove que o serviço não foi prestado, tal fato é ônus do autor.

É importante dizer que o ônus da prova consiste, em termos práticos, na adoção de regras para a determinação de quem será responsável pela produção de determinada prova e sobre quem recairão as consequências sobre o seu não cumprimento.

[...]

No caso dos autos, o fundamento esposado no acórdão não merece prosperar, haja vista que, nas suas razões defensivas a ora Recorrente aduziu que a ausência de contratação de serviço, possuía lastro ausência de capacidade da caixa d'água do estabelecimento receber toda aquela quantidade de água e, ainda que coubesse, na data da suposta entrega, não haveria necessidade daquela quantidade de água, haja vista a quantidade reduzida de hóspedes.

[...]

Portanto, não como exigir que a Recorrente comprove que o serviço não foi prestado, cabendo a parte autora, comprovar a efetiva prestação do serviço, haja vista que os e-mails citados pelo juízo de origem, comprova apenas que houve tratativas anteriores ao suposto serviço prestado. (fls. 642/647).

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso especial, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Na hipótese em tela, a empresa requerente anexou várias ordens de entrega do produto assinadas (fls. 12/33), referentes ao período indicado na exordial, assim como e-mails trocados entre as partes (fls. 34/42) que comprovam a existência da prestação dos serviços e pleiteiam os respectivos pagamentos.

Nas fls. 47/48 o autor lista cada ordem de entrega, o valor e o funcionário responsável pelo recebimento, totalizando a quantia pleiteada na presente ação.

Embora os livros diários anexados pela empresa apelante não confirmem a prestação daqueles serviços, e ainda a recusa por ela realizada desde a contestação, levando em conta a capacidade reduzida da

caixa d'água existente no hotel, restou determinado pelo processante, em observância a distribuição dinâmica das provas, que a requerida se manifestasse sobre suas alegações, mais precisamente sobre o fato das assinaturas constantes serem de pessoas alheias (fl. 523/524).

E quanto a este aspecto, a empresa restou silente, apenas alegando a impossibilidade de produzir prova negativa, atribuindo a requerente a obrigação de comprovar o serviço.

Ora.

Havendo ordens de serviços assinadas, as quais foram negadas pela apelante, caberia a ela trazer a listagem do quadro de funcionário para somente então, comprovar que as assinaturas realmente foram apostas por pessoas estranhas ao seu quadro de pessoal/administração.

E assim não fez, deixando transcorrer in albis o prazo pra refutar tais assertivas, tendo a representante da recorrente inclusive reconhecido, em audiência, que algumas das pessoas listadas naqueles documentos já haviam sido funcionárias da empresa, comprovando ainda mais os fatos trazidos na exordial.

Além disso, diante do reconhecimento de já ter contratado os serviços da parte autora, caberia trazer provas dos pagamentos e não apenas recusar, de forma genérica, as alegações autorias, anexando dados simples de que a caixa d'água não suportaria o volume de produto supostamente fornecido.

Tal assertiva também se mostra frágil posto que, conforme as ordens de entrega, o caminhão pipa distribuiu água potável em diversos períodos e sempre dentro do "limite" apontado pela requerida.

O que se vê naquelas ordens de serviço é um volume habitual diário fornecido, sempre entre de 18 a 20.000 litros, sendo a entrega realizada inclusive mais de uma vez ao dia.

Ainda que a apelante alegue que o número de hóspedes no período retratado não seria suficiente para o consumo elevado do produto, não há qualquer prova neste sentido, tratando-se de meras ilações, que não se mostram suficientes a afastar as provas concretas anexadas nos autos pelo requerente.

Some-se a isto o fato da requerida não ter demonstrado os efetivos pagamentos pelo serviços prestados, em nenhum momento e nem em qualquer outro, limitando-se a recusar o recebimento e confrontar sua capacidade de reserva de água, sem trazer provas para tanto.

Pelo exposto, resta patente que a empresa autora em obediência ao art. 373, I, da Lei de Adjetiva Civil, comprovou que existe dívida em nome da demandada, ora apelante, sem o devido pagamento, ao contrário da requerida que não provou que aquelas notas foram assinadas por pessoas estranhas, ou que seria desproporcional o volume entregue a sua necessidade ou capacidade de consumo, devendo, assim, assumir a responsabilidade pelo inadimplemento.

Não se trata de produzir prova negativa, como alegada reiteradamente nas suas razões, mas sim, trazer comprovação de que não existiu ou não existe nenhum dos funcionários cujas assinaturas foram apostas naqueles recibos, bem como da sua capacidade/necessidade do produto ou, até mesmo, da simples quitação do débito. (fls. 632/633).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à distribuição do ônus probatório das partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, no que diz respeito ao ônus da prova, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes (AgInt no AREsp 1.190.608/PI, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24/4/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 916.627/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17/10/2016; AgInt no AREsp 1.433.206/PR, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 25/6/2019; AgInt no AREsp 1.374.426/MS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 22/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente